



**Ministério da Justiça**  
**Secretaria Nacional de Justiça**  
**Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação**  
**Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**

*RELATÓRIO*

*VI Reunião Técnica de Núcleos de Enfrentamento ao  
Tráfico de Pessoas e Postos Avançados*

*Relator - Sady Fauth*

*Realização*

Secretaria Nacional de Justiça  
Ministério da Justiça



## Índice

### **1. Apresentação - 3**

### **2. Registro e Sistematização das Discussões - 5**

2.1. Data e Local da Reunião - 5

2.2. Relação dos Participantes Presentes - 5

2.3. Proposta de registro de dados de atendimento da Rede de NETP e PAAHM - 8

2.4. Informes da Secretaria Nacional de Justiça - 11

2.5. Informes da Rede de NETP e PAAHM - 14

2.6. Apresentação da proposta do Grupo de Trabalho de harmonização dos processos de trabalho e comunicação da Rede de NETP e PAAHM - 19

2.7. Avaliação de atuação conjunta da Rede de NETP e PAAHM em 2012 e proposição de nova agenda para 2013 - 22

2.8. Encaminhamentos da VI Reunião Técnica - 25

### **3. Percepção Avaliativa dos Participantes - 26**

### **4. Relação dos Anexos - 29**

Anexo I - Formulário de Atendimento - Tráfico de Pessoas e Migrações versão preliminar - 30

Anexo II - Ficha de Avaliação - 36

Anexo III - Reedição da Campanha Passaporte - 38

Anexo IV - Termo de Cooperação nº 1 entre Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante versão intermediária - 39

Anexo V - CD - 45

Conteúdo:

- Ppt's apresentados
- Registro Fotográfico
- Lista de presença assinada
- Áudio da reunião
- Tabulação dos dados - Fichas de Avaliação
- Termo de Cooperação (GT Protocolo de Encaminhamento versão intermediária)
- Identidade visual dos N&P's
- Agenda da VI Reunião Técnica



## 1. Apresentação

Este documento apresenta o registro e a sistematização da VI Reunião Técnica de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados, realizada no dia 14 de dezembro de 2012, em Brasília, DF.

A reunião contou com a presença de 35 (trinta e cinco) integrantes da Rede de Núcleos e Postos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, entre coordenadores e representantes das equipes técnicas que combatem o tráfico de pessoas em todo país. O encontro foi promovido pela Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça (SNJ/MJ), e os trabalhos foram conduzidos pela diretora do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação (DEJUS), Fernanda dos Anjos; e pela Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CETP), Mariana Carvalho.

O grupo realizou uma avaliação de sua atuação em 2012 e propôs nova agenda para 2013. Além disso, pactuou as categorias e variáveis para a coleta de dados harmonizada e definiu diretrizes para a comunicação segura de casos para fins de recâmbio de vítimas, encaminhamentos de atendimento entre outras situações que demandam o permanente contato entre a rede.

A Rede Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas conta hoje com 16 Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP) e 13 Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante (PAAHM) distribuídos nas cinco regiões do país. Os Núcleos e Postos trabalham na promoção da política de enfrentamento ao tráfico de pessoas em nível estadual e local e atuam no recebimento de denúncias, atendimento às vítimas, planejamento de estratégias para prevenção ao crime e outras ações. Os postos ficam em locais de grande circulação de pessoas, como portos e aeroportos.

Vale registrar que o grupo participou entre os dias 11 e 13/12 da Capacitação Itineris<sup>1</sup> – Práticas e Aprendizagem no Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, em parceria com o Centro Internacional para Desenvolvimento de Políticas Migratórias (International Centre for Migration Policy Development – ICMPD), com o objetivo de aprimorar o conhecimento da equipe técnica da Rede de Núcleos e Postos que executam políticas

---

<sup>1</sup> Essa iniciativa conjunta do Brasil com os Estados-Membros da União Europeia faz parte do Projeto Itineris – Proteção dos Direitos dos Migrantes contra a exploração e tráfico de pessoas.

públicas e construir consensos sobre procedimentos operacionais para combater o tráfico de pessoas.

A agenda de atividades e debates seguiu o quadro abaixo:

<b>PROGRAMAÇÃO</b>	
<b>14/10/2012</b>	<b>8h30 – 9h00</b> - Credenciamento.
	<b>9h00 – 9h10</b> - Abertura da VI Reunião Técnica dos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados.
	<b>Composição da mesa diretora:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Diretora do DEJUS</li> <li>▪ Coordenadora do ETP</li> </ul>
	<b>09h10 – 11h10</b> – Proposta de registro de dados de atendimento da Rede de NETP e PAAHM <b>Verônica dos Anjos - Consultora</b>
	<b>11h10 – 12h30</b> – Debate e validação da proposta
	<b>12h30 – 14h00</b> - Almoço
	<b>14h00 – 14h10</b> – Informes da Secretaria Nacional de Justiça
	<b>14h10 – 15h00</b> – Informes Rede de NETP e PAAHM
	<b>15h00 – 15h20</b> – Apresentação da proposta do Grupo de Trabalho de harmonização dos processos de trabalho e comunicação da Rede de NETP e PAAHM <b>NETP/RJ, NETP/SP, NETP/MG e NETP/RS</b>
	<b>15h20 – 16h20</b> – Debate e validação da proposta
<b>16h20 – 19h00</b> – Avaliação de atuação conjunta da Rede de NETP e PAAHM em 2012 e proposição de nova agenda para 2013 <b>Mediação: Fernanda dos Anjos</b>	
<b>19h00</b> - Encerramento	

Este relatório e seus anexos retomam os principais momentos da VI Reunião Técnica de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados. Os relatos foram sistematizados de modo a reproduzir sucintamente os objetivos, o desenvolvimento e o resultado.

## 2. Registro e Sistematização das Discussões

### 2.1. Data e Local da Reunião

A VI Reunião Técnica de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados foi realizada no dia 14 de dezembro de 2012, na Sala Planalto do St. Peter Hotel, situado no Setor Hoteleiro Sul Quadra 2 Bloco D - Asa Sul, Brasília, DF.

### 2.2. Relação dos Participantes Presentes<sup>2</sup>

Nome completo	Cargo / Função	Órgão / Empresa	E-mail
<b>Alcione Xavier Bastos</b>	Comissária de Menores	PAAHM/AM - Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho	<a href="mailto:semastpin@gmail.com">semastpin@gmail.com</a>
<b>Aléxia Meurer</b>	Assistente Especial II	NETP/RS - Secretaria da Segurança Pública - SSP/RS	<a href="mailto:alexiameurer@hotmail.com">alexiameurer@hotmail.com</a>
<b>Annie Viera Carvalho</b>	Assistente Social	GETP/DF - SEJUS	<a href="mailto:annie.carvalho@gmail.com">annie.carvalho@gmail.com</a>
<b>Antônio Carlos da Costa Nunes</b>	Gestor Social	NETP/MG - Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas Minas Gerais	<a href="mailto:gestaosocialnetp@yahoo.com.br">gستاosocialnetp@yahoo.com.br</a>
<b>Augusto Eduardo Moreira Valentim</b>	Coordenador	PAAHM/RJ - Galeão - Rio	<a href="mailto:augustovalentim@yahoo.com.br">augustovalentim@yahoo.com.br</a>
<b>Catharina Nunes Bacelar</b>	Secretária de Estado	Secretaria de Estado da Mulher do Maranhão - SEMU - NETP/MA	<a href="mailto:catharinabacelar@semu.ma.gov.br">catharinabacelar@semu.ma.gov.br</a>
<b>Ebenézer Marcelo Marques de Oliveira</b>	Assessor técnico	NETP/RJ - SEASDH	<a href="mailto:ebenezer.marquesdeoliveira@gmail.com">ebenezer.marquesdeoliveira@gmail.com</a>
<b>Edina Maria dos Reis Ribeiro</b>	Funcionária	PAAHM/AM	<a href="mailto:edina.semas@gmail.com">edina.semas@gmail.com</a>
<b>Fernanda Machado Givisiez</b>	Coordenadora do Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	PETP/MG - Secretaria de Estado de Defesa Social de MG	<a href="mailto:fernanda.givisiez@defesasocial.mg.gov.br">fernanda.givisiez@defesasocial.mg.gov.br</a> - <a href="mailto:fernandagivisiez@gmail.com">fernandagivisiez@gmail.com</a>
<b>Francisco Jorge de Amorim Dias</b>	CEASA-Coodenador	PAAHM/AM - SEJUS/AM	<a href="mailto:amorim@sejus.am.gov.br">amorim@sejus.am.gov.br</a>
<b>Giovanna Karla Araújo Silva</b>	Psicóloga	NETP/AL - Superintendência de Direitos Humanos	<a href="mailto:araujogiovanna@ig.com.br">araujogiovanna@ig.com.br</a>
<b>Girlânia de Sousa Pereira Calderon</b>	Gestora de Políticas Públicas	SEJUDH/AC	<a href="mailto:girlaniacalderon@hotmail.com">girlaniacalderon@hotmail.com</a>
<b>Graziella do Ó Rocha</b>	Coordenadora NETP-RJ	Sec. de Assistência Social e Direitos Humanos	<a href="mailto:grazielladh@gmail.com">grazielladh@gmail.com</a>

<sup>2</sup> Lista de presença assinada em anexo (CD)

<b>Jeanete da Silva Gomes</b>	Técnica em Gestão de Direitos Humanos	NETP/PA - Secretaria de Estado e Direitos Humanos	<a href="mailto:jsg.social@hotmail.com">jsg.social@hotmail.com</a> <a href="mailto:sejudh.pa_ctetp@yahoo.com.br">sejudh.pa_ctetp@yahoo.com.br</a>
<b>Jeanne de Aguiar Pinheiro de Souza</b>	Chefe de Suporte Institucional e Coordenadora do NETP - PE	NETP/PE - Secretaria de Defesa Social	<a href="mailto:jeanne-aguiar@hotmail.com">jeanne-aguiar@hotmail.com</a>
<b>João Gomes de Alencar</b>	ADM/Posto Rodoviária	PAAHM/AM - SEJUS	<a href="mailto:elizabeth.paiva@gmail.com">elizabeth.paiva@gmail.com</a>
<b>Juliana Felicidade Armede</b>	Coordenação NETP/SP	Secretaria de Justiça e Cidadania de SP	<a href="mailto:Jarmede@sp.gov.br">Jarmede@sp.gov.br</a>
<b>Karine Sarmento Santos</b>	Advogada	NETP/BA - Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia	<a href="mailto:karine.santos@sjcdh.ba.gov.br">karine.santos@sjcdh.ba.gov.br</a>
<b>Katiúscia Silva Pinheiro do Amaral</b>	Delegada/Coordenadora	NETP/AP - SEJUSP	<a href="mailto:KatiusciaPinheiro@hotmail.com">KatiusciaPinheiro@hotmail.com</a> - <a href="mailto:gabsejuspamapa@hotmail.com">gabsejuspamapa@hotmail.com</a>
<b>Lívia Maria Xerez de Azevedo</b>	Advogada/Coordenadora NETP- PAAHM	SEJUS	<a href="mailto:liviaxerez.netp@hotmail.com">liviaxerez.netp@hotmail.com</a> - <a href="mailto:livia.xerez@hotmail.com">livia.xerez@hotmail.com</a>
<b>Márcia Santos da Silva</b>	Coordenadora Posto Manacapuru	PAAHM/AM - Prefeitura Manacapuru	<a href="mailto:marciasantos@hotmail.com">marciasantos@hotmail.com</a> - <a href="mailto:marcciasantos@hotmail.com">marcciasantos@hotmail.com</a>
<b>Marta Helena da Silva Santos</b>	Gerente	GETP - Secretaria de Justiça Direitos Humanos e Cidadania /DF	<a href="mailto:hmarta9@hotmail.com">hmarta9@hotmail.com</a>
<b>Michelle Vitória Custódio</b>	Diretora	NETP/AM - Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos	<a href="mailto:michellecustodio@sejus.am.gov.br">michellecustodio@sejus.am.gov.br</a>
<b>Nelma Maria Pontes de Souza</b>	Coordenadora da CEETP-GO	Secretaria de Políticas para as Mulheres e Promoção da Igualdade Racial	<a href="mailto:netpgo@gmail.com">netpgo@gmail.com</a>
<b>Odilene Rita da Costa Andrade Mota</b>	Coordenadora do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos/Pará	<a href="mailto:odyandrade2@yahoo.com.br">odyandrade2@yahoo.com.br</a> - <a href="mailto:sejudh.pa_ctetp@yahoo.com.br">sejudh.pa_ctetp@yahoo.com.br</a>
<b>Paulo Roberto da Silva Junior</b>	Gestor Social	NETP/MG/ Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.	<a href="mailto:paulosilva.junior@yahoo.com.br">paulosilva.junior@yahoo.com.br</a> <a href="mailto:gestaosocialnetp@yahoo.com.br">gestaosocialnetp@yahoo.com.br</a>
<b>Regina Geraldeli de Brito Castro</b>	Gerência I	PAAHM/Guarulhos - SDAS-DAS-CREAS	<a href="mailto:reginageraldeli@yahoo.com.br">reginageraldeli@yahoo.com.br</a>
<b>Roberta Fernandes de Souza - Beth Fernandes</b>	Presidenta/ Psicóloga	Astral-GO/Semira	<a href="mailto:fbeth@bol.com.br">fbeth@bol.com.br</a>
<b>Romilda Rocha Duarte</b>	Assistente Social	Secretaria Municipal de Assistência	<a href="mailto:romildaduarte@hotmail.com">romildaduarte@hotmail.com</a>
<b>Ryugo Silva Martins</b>	Técnico em Teleprocessamento / Assessor Jurídico	PAAHM/CE - Secretaria da Justiça - SEJUS	<a href="mailto:ryugo3@hotmail.com">ryugo3@hotmail.com</a> <a href="mailto:netp.ce@hotmail.com">netp.ce@hotmail.com</a> <a href="mailto:netp@sejus.ce.gov.br">netp@sejus.ce.gov.br</a>
<b>Sandra Batista Penteadó</b>	Assessora Jurídica	Posto do Tietê - Comissão Municipal de DH	<a href="mailto:danda_penteadó@hotmail.com">danda_penteadó@hotmail.com</a>
<b>Sheila Vasques de Oliveira</b>	Delegada/Coordenadora	NETP/AP	<a href="mailto:sheila.vasques@bol.com.br">sheila.vasques@bol.com.br</a>

<b>Simone Maria Reginato</b>	Coordenadora de Projetos/Psicóloga	Secretaria da Segurança Pública/RS-RS na PAZ	<a href="mailto:simone-reginato@ssp.rs.gov.br">simone-reginato@ssp.rs.gov.br</a>
<b>Stella Maris Machado Natal</b>	Coordenadora -NETP-PR	Secretaria da Justiça	<a href="mailto:stella.natal@hotmail.com">stella.natal@hotmail.com</a>
<b>Thays Kelly Ayres Agra</b>	Advogada NETP/AL	Superintendência de Direitos Humanos / NETP/AL	<a href="mailto:thaysagra@hotmail.com">thaysagra@hotmail.com</a> <a href="mailto:netp.al2012@gamil.com">netp.al2012@gamil.com</a>

Além dos 35 (trinta e cinco) representantes dos núcleos e postos, também estiveram presentes a equipe técnica do Ministério da Justiça e parceiros convidados listados abaixo:

<b>Nome completo</b>	<b>Cargo / Função</b>	<b>Órgão / Empresa</b>	<b>E-mail</b>
Abrahão Barros C. Júnior	Consultor	SNJ/UNODC	<a href="mailto:abraham07@gmail.com">abraham07@gmail.com</a>
Alline Pedra Jorge Birol	Consultora	SNJ/UNODC	<a href="mailto:allinepedra@hotmail.com">allinepedra@hotmail.com</a>
Ana Luiza Moraes Patrão	Servidora MJ	CETP/DEJUS/SNJ/MJ	<a href="mailto:ana.patrao@mj.gov.br">ana.patrao@mj.gov.br</a>
Angela Regina C. Ansilheiro	Servidora MJ	CETP/DEJUS/SNJ/MJ	<a href="mailto:angela.ansilheiro@mj.gov.br">angela.ansilheiro@mj.gov.br</a>
Eliene Xavier Moreira	Servidora MJ	CETP/DEJUS/SNJ/MJ	<a href="mailto:eliene.moreira@mj.gov.br">eliene.moreira@mj.gov.br</a>
Elisa de Sousa Ribeiro	Assistente de Projetos	UNODC	<a href="mailto:elisa.ribeiro@unodc.org">elisa.ribeiro@unodc.org</a>
Fabiana Gorenstein	Project Officer	ICMPD-Viena	<a href="mailto:fabiana.Gorenstein@icmpd.org">fabiana.Gorenstein@icmpd.org</a>
Fernanda Alves dos Anjos	Diretora	DEJUS	<a href="mailto:fernanda.anjos@mj.gov.br">fernanda.anjos@mj.gov.br</a>
Jaqueline Azevedo de A. Rego	Estagiária MJ	CETP/DEJUS/SNJ/MJ	<a href="mailto:jaqueline.rego@mj.gov.br">jaqueline.rego@mj.gov.br</a>
Joana Cavalcante Barbosa	Oficial Nacional de Projetos	ICMPD-Viena	<a href="mailto:joana.icmpd@gmail.com">joana.icmpd@gmail.com</a>
Lucicleia Souza e Silva	Servidora MJ	CETP/DEJUS/SNJ/MJ	<a href="mailto:lucicleia.silva@mj.gov.br">lucicleia.silva@mj.gov.br</a>
Mariana S. de Carvalho Oliveira	Coordenadora	CETP/DEJUS/SNJ/MJ	<a href="mailto:mariana.carvalho@mj.gov.br">mariana.carvalho@mj.gov.br</a>
Ofélia Ferreira da Silva	Consultora	SNJ/ICMPD	<a href="mailto:ofeliaferreiradasilva@hotmail.com">ofeliaferreiradasilva@hotmail.com</a>
Priscilla Hoffmann Mercadante	Servidora MJ	CETP/DEJUS/SNJ/MJ	<a href="mailto:priscilla.mercadante@mj.gov.br">priscilla.mercadante@mj.gov.br</a>
Sady Sidney Fauth Junior	Consultor	SNJ/UNODC	<a href="mailto:sadyfauth@hotmail.com">sadyfauth@hotmail.com</a>
Tatiana Tutida Ribeiro Corrêa	Servidora MJ	CETP/DEJUS/SNJ/MJ	<a href="mailto:tatiana.correa@mj.gov.br">tatiana.correa@mj.gov.br</a>
Thamara Duarte Medeiros	Consultora	SNJ/UNODC	<a href="mailto:thamaradcm@gmail.com">thamaradcm@gmail.com</a>
Verônica dos Anjos	Consultora	SNJ/UNODC	<a href="mailto:vanjos17@gmail.com">vanjos17@gmail.com</a>
Vívian Sleiman de Oliveira	Apoio Adm/MJ	CETP/DEJUS/SNJ/MJ	<a href="mailto:vivian.oliveira@mj.gov.br">vivian.oliveira@mj.gov.br</a>

### 2.3. Proposta de registro de dados de atendimento da Rede de NETP e PAAHM

Após a abertura oficial do encontro realizada pela diretora do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação (DEJUS), Fernanda dos Anjos, a consultora do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), Verônica dos Anjos (foto), apresentou o instrumento de coleta de informações (Anexo I)<sup>3</sup> que contém as questões mais relevantes para a compreensão do caso e tomada de decisão sobre quais encaminhamentos devem ser adotados. O conteúdo coletado constituirá numa importante ferramenta para a uniformização de estatísticas e produção de conhecimento que subsidiarão as políticas públicas efetivas.



Por questão de ordem, antes de iniciar as discussões, Michelle Custódio (NETP-AM) solicitou que fosse feita a leitura do formulário na íntegra. Feita a leitura<sup>4</sup>, Verônica dos Anjos explicou como os dados devem ser preenchidos, apresentando as seguintes informações preliminares:

- O formulário possui opções de marcação com parênteses e caixas/box;
- No caso da caixa/box, o tipo de pergunta exige apenas uma resposta, indicada pelo número da opção;
- Quando a resposta pode ter mais de uma opção, a pergunta oferece respostas em parênteses;
- *Não se aplica* é uma opção para casos onde a pergunta não cabe ao contexto da pessoa atendida. Por exemplo: comunidades indígenas não possuem endereço no padrão dos espaços urbanizados, por isso a resposta não se aplica;
- *Sem informação* deve ser uma opção utilizada para os casos em que a pergunta não foi realizada por qualquer razão ou não foi respondida.

Dando início ao debate e validação do formulário, Alécia Meurer (NETP-RS) sugeriu que fosse especificado no campo *CONSENTIMENTO E AUTORIZAÇÃO* quais são os fins institucionais para utilização das informações contidas no formulário. Na **categoria “Como chegou”** foi sugerido o acréscimo da pergunta aberta “Qual?” na variável

<sup>3</sup> Em anexo a versão preliminar do “Formulário de Atendimento - Tráfico de Pessoas e Migrações” que será utilizado exclusivamente pelos NETP’s e PAAHM’s. Produto pertinente a consultoria da Verônica dos Anjos

<sup>4</sup> Por Mariana Carvalho e Fernanda dos Anjos ao microfone.

*Encaminhado(a) por instituição* e incluída a variável “*Encaminhado(a) por N & P. Qual?*” respectivamente por Nelma Pontes (CEETP-GO) e Augusto Valentim (PAAHM-RJ). O grupo também levantou a possibilidade de incluir no formulário a criação de um campo que informe se a vítima já foi atendida em outra instituição. Juliana Armede (NETP-SP); Catharina Bacelar (NETP-MA) e Ebenézer Marques (NETP-RJ) se manifestaram sobre a variável *Busca ativa*. Alline Pedra (Consultora UNODC) disse que a expressão “busca ativa” não é inadequada, e que pode ser feita através de diversos meios, como carta, e-mail, etc. Em consenso, a variável foi mantida. Nesse bloco também foi discutida pelo grupo a inclusão de um campo para identificar o responsável quando a vítima for criança, adolescente ou incapaz.

Mariana Carvalho (CETP) solicitou que o formulário dialogasse com o do GT Dados Criminais, incluindo a **categoria** “*Nome social*”. Além dessa nova categoria, também foi consentida a **categoria** “*Filiação*”.

Na **categoria** “**Documento de identificação**” foram incluídas as variáveis “*Órgão emissor/UF*” e “*País*”. Por solicitação da Annie Carvalho (GETP-DF), a variável “*País*” também foi incluída na **categoria** “**Endereço completo de residência atual**”.

Nelma Pontes (CEETP-GO) solicitou que fosse incluída na variável *Comunidade específica/tradicional* da **categoria** “**Zona da moradia**”, a pergunta aberta “*Qual?*”. Verônica dos Anjos comunicou que irá exemplificar algumas comunidades no início do documento. Ofélia Ferreira (Consultora ICMPD/UNODC) sugeriu que essa categoria possibilite a marcação de mais de uma opção. O grupo acatou a sugestão.

A tabela do IBGE não contempla a **categoria** “**Situação conjugal/estado civil**”, devendo separar a variável “*Separado(a) e Divorciado(a)*”. Fernanda dos Anjos (DEJUS) informou que a idéia é alinhar esse instrumento a outros de coletas de dados, caso contrário não será possível comparar e cruzar os dados com instrumentos de outras instâncias. Em virtude das divergências de opiniões, essa questão foi colocada em votação, ficando decidido pela separação das variáveis.

Na **categoria** “**Cor/raça**” Paulo Roberto (NETP-MG) informou que esses critérios são brasileiros, não se aplicando aos estrangeiros, por essa razão defendeu a idéia de incluir a variável “*Não se aplica*”. A maioria dos presentes concordou.

Odilene Andrade (NETP-PA) solicitou esclarecimentos quanto ao preenchimento deste campo, ficando esclarecido que o preenchimento será por auto-determinação.



Beth Fernandes

Beth Fernandes (SEMIRA/GO) questionou a **categoria “Sexo”**, sendo relevante a inclusão da identidade de gênero e a orientação sexual no formulário. Ebenézer Marques (NETP-RJ) discordou dessa opinião, sendo evasivo essa questão para a Política de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Catharina Bacelar (NETP-MA) esclareceu que a posição da Beth retrata a atualidade, e se não for acatada, a rede estará ferindo as decisões de vários movimentos nacionais da classe. Michelle Custódio (NETP-AM) e Giovanna Karla (NETP-AL) concordaram com a observação da colega. Após manifestações, Ebenézer Marques mudou sua posição, argumentando ser favorável à inclusão das variáveis. Em consenso, o grupo contemplou a posição de incluir as novas sub-categorias *“Identidade de gênero”* e *“Orientação sexual”*.

Na **categoria “Pessoa com deficiência”**, Juliana Armede (NETP-SP) sugeriu encaminhar esse item para os especialistas da saúde fazerem uma avaliação das variáveis. Sugeriu também a inclusão da categoria *“Religião”*. Sugestões acatadas, sendo a segunda aprovada por meio de votação.

Michelle Custódio (NETP-AM) sugeriu incluir a identificação da instituição de ensino, na **categoria “Escolaridade”**. Juliana Armede (NETP-SP) defendeu a idéia, e informou que o estado de São Paulo já vem referendando a escola como uma forma de localizar crianças desaparecidas. Verônica dos Anjos mencionou que demais perguntas que se fizerem necessárias podem ser incluídas, com base na avaliação de cada equipe, sem prejuízo de conteúdo original que foi pactuado. Nesse caso, o grupo aprovou o formato apresentado.

Em consenso, após observação da Nelma Pontes (CEETP-GO), foi acrescentado na variável *Outros* da **categoria “Ocupação atual”** a pergunta aberta *“Qual?”*.

Na **categoria “Rendimento individual atual”** foi proposto pela consultora Alline Pedra o alinhamento com o instrumento de Metodologia de dados da Justiça Criminal e Segurança Pública. O grupo não concordou em alinhar os dois instrumentos uma vez que eles pretendem medir a renda individual e não familiar. Por fim, concordaram em inserir

a variável “*Linha de pobreza extrema*”<sup>5</sup>. Como encaminhamento ficou acordado melhorar a forma de apresentação das informações combinadas no segundo box entre as categorias “Ocupação” e “Rendimento”.

As demais categorias que não foram mencionadas não tiveram nenhuma posição contrária ao que foi apresentado. Ficou pactuado que a consultora, Verônica dos Anjos, elaboraria notas explicativas que facilitem o preenchimento do formulário.

Foram validados os seguintes blocos:

**I. Informações para Gestão**

**II. Identificação**

**III. Perfil Sócio-Econômico**

Em razão do tempo, Fernanda dos Anjos propôs que os demais blocos (IV.Caso/Experiência; V.Atendimento/Referenciamento e VI.Monitoramento) fossem discutidos na próxima reunião, prevista para acontecer em abril de 2013. De antemão, Juliana Armede (NETP-SP) solicitou que a rede troque informações por e-mail para que em abril já seja apresentado o consenso do grupo<sup>6</sup>.

Encerrando o primeiro momento da reunião, Mariana Carvalho (foto) comunicou que a servidora Ana Luiza se desligará da equipe, para se dedicar a seu doutorado. O ponto focal da comunicação com a saída da servidora será a Fernanda dos Anjos e a própria Mariana Carvalho. Mariana destacou a evolução da rede e registrou que não estará presente na reunião de abril-2013, em virtude do nascimento de seu filho.



#### **2.4. Informes da Secretaria Nacional de Justiça**

Antes de dar início aos informes, Fernanda dos Anjos (DEJUS/MJ) divulgou as páginas sociais da Coordenação Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e ressaltou a importância de preenchimento da Ficha de Avaliação (Anexo II)<sup>7</sup> do encontro.

<sup>5</sup> A terminologia/valor será revisto

<sup>6</sup> A consultora Verônica dos Anjos ficou de agregar as sugestões ao formulário e circular nova versão para análise da Rede.

<sup>7</sup> Modelo elaborado por esta consultoria.



Twitter: @traficopessoas



Facebook: [www.facebook.com/trafico.pessoas](http://www.facebook.com/trafico.pessoas)



Youtube: [www.youtube.com/user/traficodepessoas2011](http://www.youtube.com/user/traficodepessoas2011)

Deu informes das ações realizadas nos meses de agosto a dezembro, posteriores a V Reunião Técnica.

Principais pontos levantados:

- Negociação com a Casa Civil do II PNETP;
- Instalação preparatória do Grupo Interministerial de monitoramento e avaliação do II PNETP (já foram realizadas duas reuniões);
- Esforço interno do Ministério da Justiça de já iniciar a implementação do II PNETP (processo conduzido diretamente pelo ministro da Justiça);
- Discussão, elaboração e início de implementação da estratégia metodológica e monitoramento e avaliação do II PNETP (esforço de utilizar o mesmo sistema adotado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres para monitorar o PNPM, sendo apenas customizado para o PNETP);
- Reuniões bilaterais com os demais Ministérios envolvidos no II PNETP;
- Grupo de Trabalho coordenado em parceria com a SENASP para elaboração de metodologia integrada de informação (estatísticas criminais) sobre tráfico de pessoas para o sistema de segurança pública e justiça - GT Dados Criminais (o encontro final será em janeiro para aprovar o método construído e aprovado no decorrer dos oito encontros realizados em 2012);
- Outros produtos do GT: 1) Diagnóstico sobre coleta de dados nos sistemas atuais das instituições da justiça criminal; 2) Relatório Nacional de Dados atuais de TP;
- Realizado o II Simpósio Internacional<sup>8</sup> sobre o Combate ao Tráfico de Pessoas, em São Paulo, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com o apoio da SNJ;
- Atualização do curso EAD sobre enfrentamento ao tráfico de pessoas da SENASP;
- Diagnóstico ENAFRON – tráfico de pessoas nas fronteiras secas brasileiras. Parceria firmada com ICMPD e UNODC para coordenar a pesquisa;

<sup>8</sup> O I Simpósio foi realizado na cidade de Goiânia-GO.

- Capacitação de 185 atendentes da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 sobre a temática do tráfico de pessoas, em especial informações sobre a rede de núcleos e postos;
- Apoio ao Ministério da Saúde na revisão da ficha de notificação compulsória (SINAN);
- Apresentação de contribuições para o SINESP coletar dados de TP;
- Ampliação e permanência da elaboração e circulação do Informativo ETP;
- Acompanhamento da CPI da Câmara dos Deputados (Brasília e audiências públicas em outros estados) e clippagem das informações que estão sendo vinculadas na mídia;
- Novos materiais gráficos - Guia de Referência, PNETP trilingue e reedição da Campanha Passaporte<sup>9</sup> (Anexo III);
- Será produzido um vídeo sobre o II PNETP;
- Prorrogação do Termo de Cooperação com a INFRAERO por mais 3 (três) anos. Os agentes aeroportuários serão capacitados na temática do ETP;
- Em âmbito do Mercosul, Presidência Pro Tempore Brasileira. Aprovada Declaração Conjunta de Ministros da Justiça e de Ministros de Interior para ações integradas entre distintas reuniões especializadas (reunião temática, levantamento de documentos);
- OEA; IXREMJA – aprovadas diretrizes para enfrentamento ao tráfico de pessoas no contexto hemisférico;
- Missão Técnica do Projeto Mieux com a União Europeia implementado com o governo argentino. Será feito um o esforço de alinhar o modelo de coleta de dados do Brasil com a Argentina;
- Consultorias que dialogam com a Rede de Núcleos e Postos em andamento:
  - a) Consultoria para desenhar metodologias, modelos e manuais de processamento e prestação de contas dos convênios e outros instrumentos de parceria;
  - b) Consultoria para matriz nacional de formação em ETP e projetos pedagógicos;
  - c) Consultoria para produtos relacionados ao atendimento às vítimas;
  - d) Consultoria para expansão do Ligue 180;

---

<sup>9</sup> Exemplar da Campanha Passaporte distribuído para os presentes .

- e) Consultoria para propor orientações para diagnóstico local de TP;
- f) Consultoria para funcionamento do CONATRAP (produto específico “Guia do membro de Comitês de ETP”);
- g) Contratação de ONG para formular um guia de sensibilização de profissionais da comunicação em todo o Brasil (Guia de Referência e Oficina).

## 2.5. Informes da Rede de NETP e PAAHM

Após os informes da Secretaria Nacional de Justiça, Fernanda dos Anjos passou a palavra para os representantes dos Núcleos e Postos darem seus informes locais.

### Juliana Armede (NETP-SP)



*Ações: regularização do comitê estadual, relançada a resolução com novos membros; regularizando os comitês regionais (pendências nos convênios, formalizar parcerias com universidades e OAB); ampliação de um espaço de cidadania para migrantes “POUPA TEMPO” - o projeto está em andamento para abrigar também as vítimas de tráfico de pessoas.*

### Regina Geraldeli (PAAHM-Guarulhos)



*- Resgatando comunicação com a Polícia Federal;  
- Credenciais nos aeroportos em fase de negociação.*

### Aléxia Meurer (NETP-RS)

*Primeiros casos sendo atendidos; participação no comitê do estado; previsto no projeto a realização de dois seminários, o primeiro deverá acontecer em Uruguaiana (seminário internacional); política ENAFRON sendo bastante desenvolvida pela SSP.*



*Agradeceram o momento de formação*



VI Reunião Técnica

**Simone Reginato (NETP-RS); Antônio Carlos e Paulo Roberto (NETP-MG)**

**Fernanda Machado (PETP/MG)**



*Disse já ter conseguido o espaço físico; atenderam vários casos ao longo de 2012; falou sobre o lançamento do Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de Minas Gerais e sobre a construção do comitê; registrou o pacto com o Governo de Minas para instalar um posto em Confins; apresentou o Paulo e o Antônio (equipe técnica contratada) reforçando a equipe para realizar capacitações no interior; será iniciado o processo de diagnóstico do fenômeno do tráfico em Minas Gerais (locais com maior incidência) para ampliar o olhar para essas regiões mais afetadas.*

**Michelle Custódio (NETP-AM)**

*Informou sobre a instalação do comitê no Amazonas (18.12.12), já existe o decreto; dias 5 e 6 de março será realizado o primeiro seminário promovido pelo núcleo; em seguida uma capacitação para gestores públicos e sociedade civil organizada; e em maio uma campanha sobre o tráfico será lançada na capital e nos municípios que tem postos instalados; 2013 pretende-se construir o plano e a política estadual.*

*Registrou a autonomia que os membros dos postos vêm tendo para realizar os serviços em seus municípios*



**Equipe  
PAAHM's - AM**

**Ebenézer Marques (NETP-RJ)**



*Parabenizou pelos 4 dias de capacitação; últimos meses foi de compreensão e adaptação da política (período intenso e produtivo para ele); em 2012 foi realizada a eleição da presidência do Comitê, onde Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos ficou com*

*a responsabilidade de presidir o comitê, e o Disque Denúncia ficou com a vice-presidência; 2013 será feito um planejamento para prevenção (foco na capacitação e campanhas); e concluiu informando que a secretaria pretende fazer a pesquisa no estado no mesmo modelo apresentado na Capacitação.*



**Graziella do Ó Rocha (NETP-RJ)**

*“Espero que o encontro se replique mais e mais” disse.*

**Stella Maris (NETP-PR)**

*Apesar de ter sido instalado recentemente (18.10.12), já foi apresentado para defensorias, polícias e outros órgãos públicos; capacitação em parceria com a Secretaria da Família para incluir o tema para conselheiros; falou sobre a participação no comitê do imigrante e dos trabalhos pré-copa.*



**Catharina Bacelar (NETP-MA)**



*A secretária de Estado da Mulher disse que o Maranhão tem uma origem do tráfico para trabalho escravo e exploração sexual, e se comprometeu de implantar a política no estado.*

**Marta Helena (GETP-DF)**

*Registrou que o convênio firmado completou um ano - trabalho de “formiguinha”- com resultados positivos das reuniões técnicas; atualmente vem tocando o trabalho com palestras; sobre a consultoria para desenhar metodologias, modelos e manuais de processamento e prestação de contas dos convênios e outros instrumentos de parceria, mencionada pela Fernanda dos Anjos, concordou ser totalmente pertinente para a Rede; e em 2013 trabalhará com a realização de seminários para promover o tema no*



*Distrito Federal.*

**Annie Carvalho (GETP-DF)**



*Registrou que o comitê se reúne desde junho/12 mensalmente; que existe um grupo de outras secretarias engajado na construção das normativas baseada no II PNETP, equipe esta que auxiliará na articulação do tema em suas secretarias. “É sempre um prazer*

*participar das reuniões e escutar as experiências de atendimento no sentido de tentar melhorar nosso padrão de atendimento que busca ser humanizado” concluiu.*



**Karine Sarmento (NETP-BA)**

*Registrou ser sua primeira reunião, e que faz dois meses que ingressou no núcleo; citou o convênio encontra-se com problemas em sua execução; disse que o núcleo tem a intenção de implantar um posto no aeroporto de Salvador, e que deve ficar pronto até o carnaval; programado para ocorrer no dia 15.12 uma reunião com alunos do ensino médio, como forma de esclarecimento do tema (foco na prevenção); possibilidade também de implantar um posto no aeroporto de Porto Seguro; próximo passo é realizar capacitação com os conselheiros tutelares.*

**Nelma Pontes (CEETP-GO)**

*Deu boas vindas para os novos membros dos N&P's e se colocou à disposição para auxiliar no que for de sua competência; frisou que o estado de Goiás têm a perspectiva de trabalhar com os jovens no próximo ano letivo, utilizando uma metodologia popular de educação cidadã, com a contribuição da superintendência do ensino médio; ressaltou sobre o convênio firmado com a Secretaria de Política para as Mulheres (SPM) para implantar cinco casas abrigo no interior do estado, que também servirão para abrigar vítimas do tráfico de pessoas.*



**Odilene Mota (NETP-PA)**

*Mencionou sobre a existência da coordenação que combate o trabalho escravo e tráfico de pessoas no estado do Pará, e que coordena o NETP (informalmente, já que não foi nomeada) desde junho/12; destacou que o núcleo existe desde 2009 por meio do convênio com a SNJ/MJ, mas que a política só começou a ser implantada agora; falou da instalação do Comitê Estadual, frisando que o mesmo só tem cinco membros e que está inserido em uma Comissão Especial no Conselho Estadual de Justiça e Direitos Humanos; disse que dentro da política estadual de ETP foi incluído um plano tático que elegeu dentre as nove prioridades três para 2013; registrou a capacitação de 4h com os atores públicos na Infraero; com a segurança pública também foi realizada capacitação; parceria com o Centro de Direitos Humanos; aprovação de um projeto na SPM para trabalhar com capacitação de violência contra mulheres; por fim, registrou algumas dificuldades na condução dos trabalhos do núcleo (instalado fisicamente mas não juridicamente; processo para decretar o núcleo ainda em tramitação;*



*decreto do Governador que proíbe a criação de novos cargos no governo e isso acaba deixando os profissionais com cargos acumulados, dentre outros).*

**Lívia Maria Xerez (NETP-CE)**



*Frisou que o núcleo existe desde 2005 no estado do Ceará, e que esse ano sua metodologia foi toda reformulada; balanço positivo: estão sendo demandados pela justiça federal para ministrar, receber e participar de capacitações; foram realizados no estado vários eventos sobre o crime organizado, interligado inclusive com o tráfico de pessoas; formação de profissionais de segurança pública em interface com o turismo e universidades; plano e política em construção desde abril; no tocante ao comitê, estão se espelhando no que foi implantado no estado do Pará; intensidade nos projetos com foco nas escolas (ensino médio e terceiro ano); além da prevenção, registrou já terem recebido algumas denúncias, onde foram identificados casos de tráfico para fins de trabalho sexual e escravo. Sobre o PAAHM tem um diálogo difícil, mas a articulação da SNJ surtiu efeitos positivos.*

**Jeanne de Aguiar (NETP-PE)**

*Agradeceu a SNJ pela continuidade da capacitação, que vem facilitando o encaminhamento dos casos entre a rede; registrou que 2012 foi um ano em que o tema de ETP foi bastante trabalhado nas escolas e comunidades do interior de Pernambuco; para 2013 o comitê pretende realizar um seminário internacional; relatou a participação na construção do guia sobre exploração sexual e a homenagem que receberam em dezembro de uma ONG da Suíça; mencionou o trabalho que vem realizando com um grupo de refugiados, onde se percebeu o quanto é importante um abrigo (o núcleo e a prefeitura de Recife estão mantendo os refugiados em um apartamento); registrou a demanda dos alunos da Universidade Católica para auxiliar nos estudos sobre tráfico de pessoas; por último disse que os trabalhos serão encerrados fechando o projeto de capacitação itinerante.*



**Riugo Silva (PAAHM-CE)**

*Ressaltou o trabalho que vem sendo desenvolvido nas escolas (capacitação em parceria com a ONG Marias da Vida)*

**Giovanna Araújo (NETP-AL)**

*Mencionou que o estado do Alagoas é um dos mais violentos do Brasil e que o tema precisa ser bem trabalhado; ressaltou que o núcleo foi recém inaugurado (10/12), e já foi feita articulação com a Polícia Federal, e que o Ministério Público manifestou interesse em apoiar os trabalhos do*



*núcleo; no momento estão articulando com os conselheiros tutelares e agentes de saúde; registrou por fim, a necessidade de contar com o apoio dos colegas, já que os trabalhos acabaram de ser iniciados. “Essa capacitação nos fez enxergar as dúvidas que pairavam” disse.*



**Thays Agra (NETP-AL)**

*Registrou que o núcleo vem passando por um período de transição entre as secretarias de segurança e de justiça, e que sua vinda foi para se apresentar à Rede e se inteirar sobre o tema; quanto a dados e números disse não ter nenhuma informação concreta para passar, pois tudo é muito superficial, porém, afirmou que existem casos que precisam ser trabalhados, principalmente em virtude da fronteira com a Bolívia e Peru.*

**Sandra Penteado (PAAHM-Tietê-SP)**

*Foi aberto em setembro, e de início já realizaram a capacitação dos funcionários do posto de vacinação (articulação para capacitar os funcionários das empresas que atuam nas rodoviárias); foi o primeiro posto instalado em uma Rodoviária, já identificaram cinco casos de tráfico; o posto não foi implantado com convênio da SNJ/MJ, e sim com a Prefeitura do Estado de São Paulo; agradeceu pela acolhida e pediu ajuda para continuar combatendo o crime.*



## **2.6. Apresentação da proposta do Grupo de Trabalho de harmonização dos processos de trabalho e comunicação da Rede de NETP e PAAHM**

O grupo foi formado na V Reunião Técnica, realizada em São Paulo, durante a discussão inicial sobre a construção de diretrizes mínimas para harmonização dos processos de trabalho e comunicação da Rede de Núcleos e Postos. Ficaram responsáveis pela elaboração de uma proposta inicial: NETP/RJ, NETP/SP, NETP/MG e NETP/RS.

Os integrantes do grupo iniciaram a discussão por e-mail e em novembro se encontraram em Minas Gerais.

Antes de iniciar o debate sobre o documento construído pelo grupo, Juliana Armede (NETP-SP) apresentou os capítulos que compõem o material<sup>10</sup>.

**CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS; CAPÍTULO II - DA GESTÃO E REGISTRO DE DADOS, INFORMAÇÕES, DOCUMENTOS OU MATERIAIS e CAPÍTULO III - DISPOSIÇÕES FINAIS.**

<sup>10</sup> Distribuído dia 12 de dezembro de 2012 para os integrantes da Rede

Nelma Pontes (CEETP-GO) concordou com os capítulos, mas discordou da forma proposta (objeto), onde argumentou que termos de cooperação entre os estados só podem ser assinados pelo governo. Um outro problema apresentado foi a questão de como continuará o trabalho após o término do convênio. Uma solução apresentada por ela, caso os convênios sejam mantidos, foi de incluir o termo como anexo nos contratos.

Graziella do Ó Rocha (NETP-RJ) disse que a idéia é que o termo seja utilizado em duplicidade (ética e moral) entre a Rede, sem a necessidade de ser assinado, bastando apenas ser pactuado entre o grupo como forma de diretrizes. Disse também que o termo servirá como um manual para novos membros dos N&P's, ou seja, será utilizado para orientar os fluxos de comunicação. Juliana Armede (NETP-SP) sugeriu que esse pacto moral-ético seja tema de discussão da próxima reunião *“após compreendermos como será adotada a proposta dentro dos nossos estados”*.

*“O estudo é para se debruçar e entender se há necessidade de ter ou não esse mecanismo de comunicação politicamente”*. (Fernanda Machado - PETP/MG)



*“Em função da rotatividade de pessoas dentro da Rede, acho importante a assinatura, para permitir a condução das atividades em forma ordenada”*. (Catharina Bacelar – NETP/MA)

*“A base desse documento é o estabelecimento de conceitos, ele não envolve nada que vá punir a Rede, é apenas um método que aborda nossa comunicação com segurança”*. (Augusto Valentim - PAAHM/Galeão-RJ)

Fernanda dos Anjos solicitou a Juliana Armede (foto) que clareasse a idéia desse instrumento (se é ostensivo, sigiloso,...). Com essa observação, Juliana Armede apresentou todos os artigos do Termo de Cooperação (Anexo IV).



#### PONTOS LEVANTADOS APÓS A LEITURA:

Augusto Valentim (PAAHM/Galeão-RJ) complementou a leitura

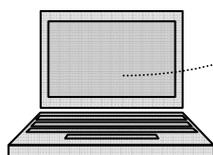
informando que a utilização do e-mail conforme orientação da ABIN é de que seja criptografado<sup>11</sup>. A ABIN concordou em ceder a tecnologia, firmando uma parceria com o Ministério da Justiça, se assim for definido.

Catharina Bacelar (NETP-MA) questionou a relação da divulgação das informações serem de responsabilidade da pessoa que divulgou e não do coordenador, e informou sobre a possibilidade de compartilhar o sistema adotado no Maranhão no tocante a tecnologia de segurança.

Nelma Pontes (CEETP-GO) disse que a autonomia é uma cautela, e que sua entidade não é um núcleo, e não se sente contemplada com o documento.

Fernanda Machado (PETP-MG) esclareceu para a colega Nelma Pontes que foi inserido um parágrafo que contempla todas as entidades, independente do nome ou governo.

Aléxia Meurer (NETP-RS) registrou as contribuições da colega Gislene Costa, recebidas por e-mail e transcritas abaixo:



----- Mensagem original -----

**Assunto:Re: GT Protocolo Mínimo de Encaminhamento de Casos**

**De:gislene rebouças da costa**

**Para:nucleos-e-postos-etp@googlegroups.com**

PREZADOS COLEGAS,

espero que os trabalhos estejam sendo exautivos mas de fato efetivos.

Desta forma, espero contribuir, embora de longe: conforme pude observar e após a leitura do documento encaminhado, sugiro acrescentar, considerando que há a possibilidade de extração de cópia, que seja registrada a extração e a finalidade desta extração de cópia no documento original.

Ainda, que o órgão que emitiu o documento original seja comunicado, preferencialmente, por escrito considerando que, em sua maioria, os relatórios dos casos são emitidos por profissionais técnicos (assistentes sociais, psicólogos e/ou advogados) os quais seguem critérios técnicos e éticos de suas respectivas categorias (conselhos de classe), bem como devem estar cientes das providências que estão sendo realizadas para a regularização e/ou garantia de direito da possível vítima.

Respeitosamente,

*Gislene R Costa*

*Gerência I - Seção Técnica*

*CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS (resp. téc. PAAHM - Guarulhos)*

*PREFEITURA DE GUARULHOS*

*SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL*

*Departamento de Assistência Social*

*Divisão Técnica de Proteção Social Especial*

<sup>11</sup> Essa chave permite uma circulação de informações mais segura.

Av. Esperança, 223 - Centro/Guarulhos - SP - CEP 07095-005  
 Fone: (11) 2492-2027(Administrativo) - 2408-7519 (monitoramento)  
 endereço eletrônico: [creas@guarulhos.sp.gov.br](mailto:creas@guarulhos.sp.gov.br)

Fernanda dos Anjos (DEJUS/MJ) propôs ao grupo responsável pela redação que sistematize os pontos levantados pelos membros da rede.

Não obstante, o grupo permanecerá com a condução desse instrumento, que será validado na próxima reunião técnica. As contribuições deverão ser circuladas no *googlegroups* até 15 de janeiro. O grupo deixou aberta a participação dos demais membros da Rede.

## 2.7. Avaliação de atuação conjunta da Rede de NETP e PAAHM em 2012 e proposição de nova agenda para 2013

*Mediação: Fernanda dos Anjos (foto)*



Fernanda dos Anjos (DEJUS/MJ) apresentou a agenda 2013.

### ■ Reuniões Técnicas

✦ 3 Reuniões Técnicas – Previsão:

1ª) Abril

2ª) Agosto

3ª) Dezembro

- Uma reunião técnica será atrelada à nova Capacitação do Projeto Itineris (para multiplicadores);

- Reuniões itinerantes serão possíveis, desde que o Estado anfitrião arque com o evento (a SNJ fica a cargo de diárias e passagens, tal como na V Reunião Técnica em SP).

### ■ Projeto Itineris

- ✦ Publicação do Guia de Referência para a Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas;
- ✦ Publicação do Guia de Recomendações sobre Procedimentos de Núcleos e Postos;
- ✦ Contratação de consultoria sobre formação de formadores em ETP;
- ✦ Elaboração do material de formação;

- ✎ Realização da capacitação “Formação de Formadores em ETP”.

#### ■ **Novos Postos em Fronteira**

- ✎ Com os resultados do Diagnóstico ENAFRON – tráfico de pessoas nas fronteiras secas brasileiras - serão definidos municípios fronteiriços que receberão entre 2013-2014 dez (10) novos Postos.
- ✎ Em seguida as equipes destes postos, e outros atores dos serviços de referenciamento local, serão capacitados.

#### ■ **Produtos Para a Rede**<sup>12</sup>

- ✎ Guia para gestão de convênios e apresentação de prestações de contas em ETP;
- ✎ Matriz Nacional de Formação e projetos pedagógicos;
- ✎ Metodologia para diagnóstico local;
- ✎ Materiais sobre atendimento às vítimas (guia orientador, formulário, fluxograma, mapeamento de serviços a serem referenciados etc.);

#### **De interesse da Rede**

- ✎ Diagnóstico do estado da arte do tráfico de pessoas (dados de instituições da justiça criminal especialmente em nível federal);
- ✎ Cartilha para orientação de profissionais de comunicação;
- ✎ Guia orientador para a atuação de membro de Comitê de ETP;
- ✎ Diagnóstico ENAFRON;
- ✎ Informativo ETP;
- ✎ Clipping de notícias;
- ✎ Sistema de monitoramento do II PNETP;
- ✎ Projeto metodológico do CONATRAP.

Fabiana Gorenstein (ICMPD)



#### CONSIDERAÇÕES DOS PARTICIPANTES

Fabiana Gorenstein (ICMPD): sugeriu que fosse montado um calendário de agenda Nacional (datas simbólicas sobre tráfico de pessoas).

<sup>12</sup> Os produtos serão encaminhados para a Rede (devolutiva) e depois aprovados pela SNJ.

Odilene Andrade (NETP-PA) questionou se "(...) o estado de destino, onde acontecem as violações de direitos tem nenhuma responsabilidade ou é apenas o estado de origem o único responsável pelo recâmbio?"

Juliana Armede (NETP-SP): pediu para identificar a responsabilidade sobre a questão do recambio, que é um ponto muito falho na Rede. Relatou que no último mês teve 4 casos atendidos onde as vítimas foram encaminhadas para o Pará. "*Precisamos pautar esse ponto na nossa agenda 2013*" concluiu.

Aléxia Meurer (NETP-RS): afirmou encontrar todas as informações que precisa no dropbox e no grupo virtual. Avaliou como positivo a criação dos comitês e reforçou o convite para todos participarem do seminário internacional que será realizado em Uruguaiana.

Fernanda Machado (PETP-MG): concordou com a idéia da Fabiana Gorenstein (calendário com datas simbólicas) e mencionou o avanço do grupo com diálogos saudáveis e construtivos. Por último, sugeriu que fosse disponibilizado, nas reuniões técnicas, espaço para discussão de casos reais vivenciados pela Rede, e que seja discutido mais o tema de repressão (momentos de diálogos com a própria polícia).

Nelma Pontes (CEETP-GO): registrou que a partir do caso da garota indígena que repercutiu nacionalmente, o estado de Goiás vem se preocupando com ações em pontos turísticos, como Caldas Novas. No tocante as ações de combate ao trabalho escravo, vem articulando direto com o Ministério do Trabalho e aconselha que os comitês façam o mesmo com o ministério de seus estados.

Juliana Armede (NETP-SP): ao pedir novamente a palavra mencionou ser necessário que os estados se mobilizem com seus assessores parlamentares para que acompanhem os trâmites e dialoguem com as comissões de inquéritos, e pediu que a Rede de N&P's fosse incluída no debate sobre a construção do Comitê Nacional. Para 2013 sugeriu que os núcleos e postos dialoguem com a CONATRAE - Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, para fomentar a questão do envolvimento do trabalho escravo com o tráfico de pessoas.

Ebenézer Marques (NETP-RJ): informou que já foi disponibilizada no *dropbox* a identidade visual em dois formatos para que a Rede utilize. Graziella do Ó Rocha, também do NETP-RJ, lembrou a experiência da visita estudo em três países europeus.

Jeanne de Aguiar (NETP-PE): solicitou que nas próximas reuniões técnicas sejam convidados o CONARE e a Polícia Federal para explanarem sobre a política migratória.

Augusto Valentim (PAAHM/Galeão-RJ), Alécia Meurer (NETP-RS) e Fernanda Machado (PETP-MG) colocaram seus estados à disposição para sediar uma das reuniões<sup>13</sup> de 2013.

Fernanda dos Anjos agradeceu pela dedicação e compromisso assumido por todos os presentes, reconheceu que a mudança da gestão acaba prejudicando o desenvolvimento das atividades, mas lembra que os documentos servem para manter a memória viva. *“Por parte da Secretaria Nacional de Justiça (SNJ) é uma grata satisfação ver o avanço e a postura institucional que a rede vem assumindo, e a disposição que cada um vem contribuindo a serviço do serviço público que prestamos”* complementa. Agradeceu toda a equipe, em especial a Ana Luiza que se dedicou profundamente com a causa dos direitos humanos.

*Reunião dada por encerrada às 17h12*

## 2.8. Encaminhamentos da VI Reunião Técnica

### **Quanto ao Formulário de Atendimento:**

- Complementar as informações preliminares (exemplificação das comunidades; definição do termo vínculo)
- Solicitar ajuda dos especialistas da Saúde para construir as variáveis da categoria “Pessoa com deficiência
- Melhorar a forma de apresentação das informações combinadas no segundo box entre as categorias “Ocupação” e “Rendimento”
- Rever a terminologia/valor da variável “Linha de pobreza extrema”

### **Pauta para a VII Reunião Técnica:**

- Continuação da discussão do Formulário de Atendimento (Blocos IV.Caso/Experiência; V.Atendimento/Referenciamento e VI.Monitoramento)
- Validação da proposta do GT Protocolo Mínimo de Encaminhamento de Casos, após sistematizar os pontos levantados pelos membros da rede (as contribuições deverão ser circuladas no googlegroups até 15 de janeiro)

<sup>13</sup> Das três reuniões uma deve ser realizada em Brasília em virtude da segunda capacitação itineris.

- Sugestões de pauta > recâmbio; diálogo com CONARE e com a Polícia Federal; semana de mobilização; representação da Rede de Núcleos & Postos no CONATRAP; acompanhamento legislativo; estudo/discussão de casos e ações de prevenção em pontos turísticos.

**Encaminhar para a rede os produtos mencionados nos informes da Agenda 2013**  
(a medida que forem construídos)

### 3. Percepção Avaliativa dos Participantes

Foram entregues 35 Fichas de Avaliação para todos os representantes da rede de Núcleos e Postos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

As fichas apresentavam 3 tópicos de avaliação sendo que para os dois primeiros o participante deveria avaliar o evento e no terceiro fazer uma auto-avaliação. Também tinha um campo disponibilizado para inclusão de comentários adicionais.

Das fichas entregues 30 foram devolvidas devidamente preenchidas, onde foram apurados os seguintes resultados:

#### I. AVALIAÇÃO QUANTO À ORGANIZAÇÃO

	Péssimo	Regular	Bom	Ótimo
Divulgação do evento com antecedência adequada	0%	0%	17%	83%
Programação do Evento	0%	0%	70%	30%
Local do evento (instalações físicas, acesso, segurança)	0%	10%	23%	67%
Apoio recebido no local do evento	0%	0%	33%	67%
Equipamentos: multimídia, som, material distribuído	0%	7%	33%	60%
Coffee break (avaliar os alimentos servidos e tempo de intervalo)	0%	10%	27%	63%
Coordenação do evento	0%	0%	20%	80%
<b>Média</b>	<b>0%</b>	<b>4%</b>	<b>32%</b>	<b>64%</b>

#### II. AVALIAÇÃO DA CONDUÇÃO DA REUNIÃO

	Péssimo	Regular	Bom	Ótimo
Comunicação, objetividade e clareza	0%	3%	40%	57%

Metodologia da condução	0%	7%	53%	40%
Estímulo à interação entre os participantes da Coordenação da condução	3%	3%	37%	57%
<b>Média</b>	<b>1%</b>	<b>4%</b>	<b>43%</b>	<b>51%</b>

### III. AUTO-AVALIAÇÃO

	Péssimo	Regular	Bom	Ótimo
Facilidade de entendimento dos pontos de agenda abordados	0%	0%	53%	47%
Capacidade de transmitir os resultados produzidos durante a reunião à sua equipe de trabalho e à rede local de enfrentamento ao tráfico de pessoas	0%	13%	57%	30%
Relação com a CETP/DEJUS/SNJ/MJ	0%	7%	53%	40%
Relação com os outros participantes	0%	7%	50%	43%
Avaliação de seu desempenho e aproveitamento como participante	3%	3%	57%	37%
<b>Média</b>	<b>1%</b>	<b>6%</b>	<b>54%</b>	<b>39%</b>

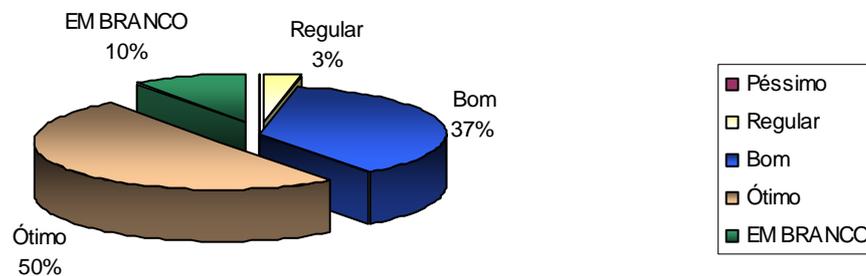
Nesse quesito das 30 fichas recebidas apenas 17 continham comentários<sup>14</sup>

<b>Sistematização dos comentários opcionais</b>	
Sugestões/Comentários	Redução da carga horária diária
	Distribuição (+) tempo x atividade (-)
	Discussão sobre etnias nas capacitações
	Capacitar a rede com as demais políticas públicas (LGBT, Igualdade racial)
	Quem assume a responsabilidade pela segurança e salário do profissional?
	Convidar o CONARE para a próxima reunião
	Repensar a divisão dos quartos
	Pensar em aspectos práticos, como oficinas, estudos de caso
	Carga horária excessiva (evitar carga horária superior a 3 dias)
	Discutir com a rede o local onde será realizada a reunião
	Pagar diária, ao invés de custear a hospedagem/alimentação/transporte
	Continuar com as reuniões técnicas
Positivos	Qualidade da capacitação
	Oportunidade de interação/articulação

<sup>14</sup> Os comentários sombreados apareceram mais de uma vez.

	Informativos ETP
	Organização
	Confraternização
Negativos	Consultora(s) pouco receptiva a sugestões
	Ausência momento para troca de experiências
	Um dia insuficiente para discussão

### AVALIAÇÃO GLOBAL do encontro



Na percepção do consultor, os campos que geraram mais conflitos de decisão no Formulário de Atendimento e que em alguns casos precisaram ser colocados para votação foram:

- criação de um campo para identificar se é o primeiro atendimento da vítima
- manutenção da variável “busca ativa”
- identificação do responsável, se criança ou adolescente, e tipo de vínculo
- local de moradia das comunidades específicas
- posição jurídica de separado e divorciado na categoria Situação conjugal (votação)
- a categoria Sexo teve alguns impasses quanto a identidade de gênero e orientação sexual
- a inserção da categoria Religião também foi um ponto crítico (votação)
- inclusão da identificação da instituição de ensino que a vítima estudou
- as variáveis das faixas salariais mínimas

- inserção da variável “Linha de pobreza extrema”



## 4. Relação dos Anexos

**Anexo I - Formulário de Atendimento - Tráfico de Pessoas e Migrações** versão preliminar

**Anexo II - Ficha de Avaliação**

**Anexo III - Reedição da Campanha Passaporte**

**Anexo IV - Termo de Cooperação nº 1 entre Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante** versão intermediária

**Anexo V - CD contendo:**

- *Ppt's apresentados*
- *Registro Fotográfico*
- *Lista de presença assinada*
- *Áudio da reunião*
- *Tabulação dos dados - Fichas de Avaliação*
- *Termo de Cooperação (GT Protocolo de Encaminhamento versão intermediária)*
- *Identidade visual dos N&P's*
- *Agenda da VI Reunião Técnica*

## Formulário de Atendimento – Tráfico de Pessoas e Migrações

### Informações preliminares

O formulário possui opções de marcação com *parêntesis* e *caixas/box*. No caso da caixa/box, o tipo de pergunta exige apenas uma resposta, indicada pela número da opção, como por exemplo a *pergunta 1*. Quando a resposta pode ser mais de uma opção, a pergunta oferece respostas em parêntesis, como na *pergunta 13.B*.

*Não se aplica* é uma opção para casos onde a pergunta não cabe ao contexto da pessoa atendida. Por exemplo: comunidades indígenas não possuem endereço no padrão dos espaços urbanizados, por isso a pergunta não se aplica.

*Sem informação* deve ser uma opção utilizada para os casos em que a pergunta não foi realizada por qualquer razão ou não foi respondida.

Para fins de esclarecimento para o preenchimento dos campos *trabalho formal* e *trabalho informal*, adota-se aqui o entendimento de trabalho formal como qualquer atividade de trabalho que garanta ao trabalhador direitos trabalhistas previstos em lei, como férias, FGTS, aposentadoria, dentre outros. Como trabalho informal, compreende-se as atividades de trabalho que não garantem tais direitos ao trabalhador.

Por *acolhida* compreende-se o primeiro atendimento à pessoa por parte da equipe, incluindo-se nesse primeiro momento a escuta qualificada da demanda apresentada, que se materializa na atenção plena, no tratamento cordial e respeitoso. O *acolhimento* é empregado em substituição à expressão *abrigo*, ou seja, um serviço de proteção social especial de alta complexidade. Nesse sentido, quando se utiliza a expressão *acolhimento* o objetivo é retirar a pessoa do local onde ela se encontra por razões de risco de morte, para garantir sua integridade física, moral e emocional.

Explicar o que é vínculo

Exemplificar comunidades específicas/tradicionais

**Identificação do estado**  
**Identificação do Posto ou Núcleo**  
 (Na versão eletrônica do formulário, fazer Box com opções fechadas)

## I. Informações para Gestão

### CONSENTIMENTO E AUTORIZAÇÃO

- A pessoa atendida foi devidamente esclarecida sobre a utilização das informações concedidas por ela para fins institucionais, sem prejuízo do caráter sigiloso de sua identificação.
- Se criança ou adolescente.

Nome do responsável:

Tipo de vínculo:

Documento de identificação

Tipo:

Número:

UF:

Contatos:

Data e horário:

Nome e função do(a) profissional:

Número do formulário:

1-Nacionalidade	<input type="checkbox"/>	1-Brasileira 2-Estrangeira 3-Sem informação
2-Como chegou	<input type="checkbox"/>	1-Demanda espontânea 2-Encaminhado(a) por instituição. Qual? 3-Levada por acompanhante 4-Busca ativa 5-Encaminhado(a) por N & P.Qual? 6-Outros. Descreva: 7-Sem informação

<b>II. IDENTIFICAÇÃO</b>	3-Nome social	
	4-Nome completo	
	5- Filiação	
	6-Cidade, estado e país de nascimento.	
	7-Data de nascimento	(dd/mm/aaaa)
	8-Documento de Identificação	Tipo: Número: Órgão emissor/UF País:

		( )Não possui ( )Sem informação
9-Endereço completo de residência atual	Logradouro e número: Bairro: Cidade: UF: País:	( )Não se aplica ( )Sem informação
10-Zona da moradia	( )Urbana ( )Rural ( )Ribeirinha	( )Aldeia ( )Comunidade específica/tradicional. Qual?:
11-Situação conjugal/estado civil	<input type="checkbox"/>	1-Solteiro(a) 2-Casado(a)/união estável 3-Separado(a) 4-Divorciado(a) 4-Viúvo(a) 5- Não se aplica 7- Sem informação
12-Cor/raça	<input type="checkbox"/>	1-Branca 2-Preta 3-Amarela 4-Parda 5-Indígena 6-Não se aplica 7-Sem informação
13-Sexo	A. <input type="checkbox"/>  B. Identidade de gênero <input type="checkbox"/>  C. Orientação sexual <input type="checkbox"/>	1-Feminino 2-Masculino 3-Sem informação  1-Masculino 2-Feminino 3-Transexual 4-Travesti 5-Transgênero 6-Não se aplica  1-Homossexual 2-Heterossexual 3-Bissexual 4-Sem informação
14-Pessoa com deficiência	A. <input type="checkbox"/>  1-Não 2-Sim 3-Sem informação	B. Se sim, marque 1 ou mais opções:  ( )Física ( )Auditiva ( )Visual ( )Mental ( )Motora ( )Múltipla
15- INSERIR Religião. Usar categorias/variáveis do IBGE		

III. PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO	16-Escolaridade	<input type="checkbox"/>	1-Analfabeto/sem escolaridade 2-Creche (0 a 3 anos) 3-Pré-escola (4 a 5 anos) 4-1 ciclo fundamental 5-2 ciclo fundamental 6-Médio 7-Superior não se aplica 8-Sem informação
	17-Ocupação atual	( )Trabalho formal ( )Trabalho informal ( )Estudante ( )Desempregado(a)/sem ocupação ( )Outros. Qual: ( )Não se aplica ( )Sem informação	
	18-Rendimento individual atual (Salário mínimo nacional)	<input type="checkbox"/>	1-Linha de pobreza extrema (esclarecer o valor/termo da assist) 2-Menos de 1 salário mínimo 3-De 1 a 2 salários mínimos 4-Mais de 2 e até 3 salários mínimos 5-Mais de 3 e até 4 salários mínimos 6-Mais de 4 e até 6 salários mínimos

		6-Acima de 6 salários mínimos 7-Sem renda 8-Dependente. 9-Sem informação
	<input type="checkbox"/>	1-Bolsista 2-Recebe benefícios do governo 3-Pensão 4-Aposentadoria 5-Sem informação
19-Filhos	<input type="checkbox"/>	1-Não 2-Sim. Quantos: 3-Sem informação

IV. CASO/EXPERIÊNCIA	20-Tipo	<input type="checkbox"/>	1-Tráfico. Ir para pergunta nº 19. 2-Migrações. Ir para pergunta nº 20. 3-Informação/orientação
	21-Se Tráfico de Pessoas		Cidade/estado/país de origem:  Cidade/estado/país onde foi encontrado(a):  Ocupação quando recrutado(a)  Se trabalhador(a) informal ou formal quando recrutado(a), marque qual atividade exercia  Finalidade  Relação da vítima com traficante  Motivação

( )Trabalho formal  
( )Trabalho informal  
( )Estudante  
( )Desempregado(a)/sem ocupação  
( )Outros  
( )Não se aplica  
( )Sem informação

( )Trabalhador(a) doméstico(a)  
( )Trabalhador(a) rural  
( )Cuidador(a) de criança/idoso  
( )Profissional do sexo  
( )Dançarina(o)  
( )Vendedor(a) (de loja)  
( )Vendedor(a) (de rua)  
( )Operário(a) de indústria  
( )Costureiro(a)  
( )Trabalhador(a) da construção civil  
( )Modelo  
( )Atleta  
( )Garçom/garçonete em bar, restaurante ou semelhantes  
( )Camareiro(a) /arrumadeiro(a) em hotel, motel, pousada ou semelhantes  
( )Profissional de salão de estética e beleza  
( )Nenhuma das anteriores  
( )Sem informação

( )Exploração sexual  
( )Trabalho em condição análoga a de escravo  
( )Casamento servil  
( )Remoção de órgãos, tecidos ou partes do corpo  
( )Prática de atividade criminosa sob coação/fraude  
( )Adoção ilegal  
( )Sem informação

( )Amigo  
( )Conhecido  
( )Relação afetiva de intimidade. Ex: namorado(a), companheiro(a), etc.  
( )Parente  
( )Relação de trabalho  
( )Desconhecido  
( )Sem informação

( )Oferta de Trabalho  
( )Estudo

	<input type="checkbox"/> Necessidade financeira pessoal/da família <input type="checkbox"/> Outros problemas familiares <input type="checkbox"/> Violência doméstica e/ou familiar <input type="checkbox"/> Desejo de ter uma vida no exterior <input type="checkbox"/> Casamento/relacionamento afetivo <input type="checkbox"/> Discriminação <input type="checkbox"/> Ameaças <input type="checkbox"/> Refúgio <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Sem informação
Meio utilizado para o recrutamento	<input type="checkbox"/> Contato pessoal <input type="checkbox"/> Anúncio em meios de comunicação <input type="checkbox"/> Anúncio/ redes sociais na internet <input type="checkbox"/> Agência de viagem <input type="checkbox"/> Agência de emprego <input type="checkbox"/> Agência de relacionamento <input type="checkbox"/> Não houve recrutamento, mas o uso de meio violento ou coercitivo <input type="checkbox"/> Sem informação
Destino prometido	<input type="checkbox"/> Nacional <input type="checkbox"/> Internacional <input type="checkbox"/> Sem informação
Meio de transporte	<input type="checkbox"/> Aéreo <input type="checkbox"/> Marítimo/fluvial <input type="checkbox"/> Terrestre (trem, ônibus) <input type="checkbox"/> Terrestre (carro, caminhão) <input type="checkbox"/> Sem informação
Meio utilizado para controlar a vítima	<input type="checkbox"/> Violência física <input type="checkbox"/> Violência psicológica / moral / ameaças <input type="checkbox"/> Violência sexual <input type="checkbox"/> Falsas promessas / fraude <input type="checkbox"/> Restrição a liberdade de circulação <input type="checkbox"/> Uso obrigatório de entorpecentes /álcool <input type="checkbox"/> Comida e bebida negadas <input type="checkbox"/> Documentos e/ou objetos pessoais retidos <input type="checkbox"/> Exigência de pagamento de "dívidas" <input type="checkbox"/> Horas de trabalho excessivas <input type="checkbox"/> Condição degradante de trabalho <input type="checkbox"/> Sem informação
Tempo que durou a experiência (anos, meses ou dias)	-----
Como conseguiu sair	<input type="checkbox"/> Escapou por conta própria <input type="checkbox"/> Escapou com ajuda de terceiros <input type="checkbox"/> Recebeu ajuda de agente de segurança pública <input type="checkbox"/> Terminou o acordo de trabalho <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Sem informação
<b>22-Se Migrações</b>	
	Cidade/estado/país de origem:
	Cidade/estado/país de destino:
Se brasileiro(a) foi:	<input type="checkbox"/> Deportação <input type="checkbox"/> Inadmissão <input type="checkbox"/> Nenhuma das anteriores
Motivação	<input type="checkbox"/> Oferta de Trabalho <input type="checkbox"/> Estudo <input type="checkbox"/> Necessidade financeira pessoal/da família <input type="checkbox"/> Outros problemas familiares <input type="checkbox"/> Violência doméstica e/ou familiar <input type="checkbox"/> Desejo de ter uma vida no exterior <input type="checkbox"/> Casamento/relacionamento afetivo <input type="checkbox"/> Discriminação

	( ) Ameaças ( ) Refúgio ( ) Outros ( ) Sem informação
Meio de transporte	( ) Aéreo ( ) Marítimo/fluviál ( ) Terrestre (trem, ônibus) ( ) Terrestre (carro, caminhão) ( ) Sem informação

<b>V. ATENDIMENTO/REFERENCIAMENTO</b>	23-Atendimento inicial oferecido pelo Núcleo/Posto (marcar 1 ou mais opções)	( ) Acolhida ( ) Assistencial ( ) Acolhimento (abrigos) ( ) Psicológico ( ) Jurídico ( ) Outros. Descreva:																																							
	24-Se não houve referenciamento, marque a razão	( ) Porque a vítima não quis dar continuidade ao atendimento ( ) A vítima desapareceu ( ) O atendimento foi realizada integralmente pelo NETP/PAAHM																																							
	25-Se houve referenciamento, marque qual/quais	<table border="0"> <tr> <td>Recâmbio</td> <td>Cidade/estado/país de origem:</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Cidade/país de destino:</td> </tr> <tr> <td>1-Não</td> <td>Como foi financiado:</td> </tr> <tr> <td>2-Sim</td> <td>( ) Órgão público</td> </tr> <tr> <td>3-Outro NETP/PAAHM</td> <td>( ) Meios próprios</td> </tr> <tr> <td>4-Sem informação</td> <td>( ) Terceiros</td> </tr> <tr> <td colspan="2">( ) Consulado/embaixada</td> </tr> <tr> <td colspan="2">( ) CONARE - Comitê Nacional para Refugiados</td> </tr> <tr> <td colspan="2">( ) Órgãos de segurança pública/Ministério Público</td> </tr> <tr> <td colspan="2">( ) Instituições/programas para refugiados</td> </tr> <tr> <td>( ) Assistencial</td> <td>Instituição</td> </tr> <tr> <td>( ) Acolhimento (abrigos)</td> <td>Instituição</td> </tr> <tr> <td>( ) Saúde fisiológica</td> <td>Instituição</td> </tr> <tr> <td>( ) Saúde Mental</td> <td>Instituição</td> </tr> <tr> <td>( ) Jurídico</td> <td>Instituição</td> </tr> <tr> <td>( ) Trabalho e emprego</td> <td>Instituição</td> </tr> <tr> <td>Atendimento especializado</td> <td>( ) Mulheres. Instituição: ( ) Diversidade sexual: ( ) Criança adolescente ( ) Direitos humanos ( ) Outros</td> </tr> <tr> <td>( ) Outro Núcleo/Posto</td> <td>Qual:</td> </tr> <tr> <td>( ) Programa de proteção</td> <td></td> </tr> <tr> <td>( ) Outros</td> <td>Qual:</td> </tr> </table>	Recâmbio	Cidade/estado/país de origem:		Cidade/país de destino:	1-Não	Como foi financiado:	2-Sim	( ) Órgão público	3-Outro NETP/PAAHM	( ) Meios próprios	4-Sem informação	( ) Terceiros	( ) Consulado/embaixada		( ) CONARE - Comitê Nacional para Refugiados		( ) Órgãos de segurança pública/Ministério Público		( ) Instituições/programas para refugiados		( ) Assistencial	Instituição	( ) Acolhimento (abrigos)	Instituição	( ) Saúde fisiológica	Instituição	( ) Saúde Mental	Instituição	( ) Jurídico	Instituição	( ) Trabalho e emprego	Instituição	Atendimento especializado	( ) Mulheres. Instituição: ( ) Diversidade sexual: ( ) Criança adolescente ( ) Direitos humanos ( ) Outros	( ) Outro Núcleo/Posto	Qual:	( ) Programa de proteção		( ) Outros
Recâmbio	Cidade/estado/país de origem:																																								
	Cidade/país de destino:																																								
1-Não	Como foi financiado:																																								
2-Sim	( ) Órgão público																																								
3-Outro NETP/PAAHM	( ) Meios próprios																																								
4-Sem informação	( ) Terceiros																																								
( ) Consulado/embaixada																																									
( ) CONARE - Comitê Nacional para Refugiados																																									
( ) Órgãos de segurança pública/Ministério Público																																									
( ) Instituições/programas para refugiados																																									
( ) Assistencial	Instituição																																								
( ) Acolhimento (abrigos)	Instituição																																								
( ) Saúde fisiológica	Instituição																																								
( ) Saúde Mental	Instituição																																								
( ) Jurídico	Instituição																																								
( ) Trabalho e emprego	Instituição																																								
Atendimento especializado	( ) Mulheres. Instituição: ( ) Diversidade sexual: ( ) Criança adolescente ( ) Direitos humanos ( ) Outros																																								
( ) Outro Núcleo/Posto	Qual:																																								
( ) Programa de proteção																																									
( ) Outros	Qual:																																								

<b>VI</b>	26-( ) Não houve monitoramento
-----------	--------------------------------

	27-( ) Houve monitoramento após 1º referenciamento externo. Marque qual.	<input type="checkbox"/>	1-Até 1º encaminhamento 2-Até 2º encaminhamento 3-Até 3º encaminhamento 4-Não houve encaminhamento externo
	28-Quem faz o monitoramento	<input type="checkbox"/>	1-Próprio técnico que atendeu 2-Outro técnico da equipe 3-Diversos técnicos

**Anexo II**

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA



**FICHA DE AVALIAÇÃO**  
VI Reunião Técnica de Núcleos e Postos  
14 de dezembro de 2012, Brasília-DF

Esta avaliação objetiva colher informações, sugestões e opiniões dos participantes no sentido de buscar nos próximos eventos as adequações necessárias às ações planejadas. O preenchimento é obrigatório.

Estado (opcional): \_\_\_\_\_

Instituição: ( ) NETP ( ) PAAHM

Para cada item, assinale a opção que melhor reflete sua opinião.

I. AVALIAÇÃO QUANTO À ORGANIZAÇÃO	Péssimo	Regular	Bom	Ótimo
1. Divulgação do evento com antecedência adequada.				
2. Programação do Evento.				
3. Local do evento (instalações físicas, acesso, segurança).				
4. Apoio recebido no local do evento.				
5. Equipamentos: multimídia, som, material distribuído.				
6. Coffee break (avaliar os alimentos servidos e tempo de intervalo).				
7. Coordenação do Evento.				

II. AVALIAÇÃO DA CONDUÇÃO DA REUNIÃO	Péssimo	Regular	Bom	Ótimo
8. Comunicação, objetividade e clareza.				
9. Metodologia da condução.				
10. Estimulo à interação entre os participantes da Coordenação da condução.				

III. AUTO-AVALIAÇÃO	Péssimo	Regular	Bom	Ótimo
11. Facilidade de entendimento dos pontos de agenda abordados.				


12. Capacidade de transmitir os resultados produzidos durante a reunião à sua equipe de trabalho e à rede local de enfrentamento ao tráfico de pessoas.				
13. Relação com a CETP/DEJUS/SNJ/MJ.				
14. Relação com os outros participantes.				
15. Avaliação de seu desempenho e aproveitamento como participante.				

**16. Qual sua avaliação global sobre o encontro:**

( ) ótimo    ( ) bom    ( ) regular    ( ) péssimo

**17. Comentários opcionais (sugestões, pontos positivos e negativos):**


Participe de nossas redes sociais:



Twitter: @traficopessoas



Facebook: [www.facebook.com/trafico.pessoas](http://www.facebook.com/trafico.pessoas)



Youtube: [www.youtube.com/user/traficodepessoas2011](http://www.youtube.com/user/traficodepessoas2011)

Agradecemos por sua colaboração nesta avaliação.  
Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

### Anexo III

#### Reedição da Campanha Passaporte



**Anexo IV** - versão intermediária

**TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 1 ENTRE NÚCLEOS DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS E POSTOS AVANÇADOS DE ATENDIMENTO HUMANIZADO AO MIGRANTE**

Dispõe sobre a comunicação entre Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante, integrantes da Rede Nacional de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante, bem como produção e tramitação de dados, informações, documentos e materiais entre estes equipamentos governamentais, pertencentes aos diversos entes federativos brasileiros.

Os representantes da Rede Nacional de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante, tendo como referência a autonomia legal que possuem Estados e Municípios integrantes do Estado Federativo Brasileiro, tendo como referência a necessidade de segurança, uniformização e registro de dados afetos a casos de tráfico de pessoas, e tendo em vista proposta apresentada na V Reunião Técnica de Postos e Núcleos para a criação de um protocolo mínimo de encaminhamento dos casos, assim acordam:

## CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - Este Termo de Cooperação visa disciplinar a comunicação entre a Rede Nacional de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante e a preservação e tramitação de dados, informações, documentos e materiais produzidos no exercício de suas atribuições, descritas das Normativas Estaduais e Municipais, e nas Portarias SNJ nº 31/2009 e nº 41/2009.

Parágrafo Primeiro - Entende-se como Rede Nacional de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante toda instituição referendada pela coordenação nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas, da Secretaria Nacional de Justiça – Ministério da Justiça, cabendo a cada instituição, inclusive à Secretaria Nacional de Justiça, indicação de representante da instituição que promoverá e responderá pela gestão da comunicação em conformidade com as diretrizes deste documento.

Parágrafo Segundo – A inclusão ou exclusão de representante da instituição, responsável pela gestão da comunicação dentro da Rede Nacional de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante, bem como qualquer demanda que influencie no fluxo de comunicação da Rede Nacional de Núcleos e Postos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas Rede Nacional de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante, será informada por este representante ou por seu superior hierárquico, devendo promover a referida informação por meio de ato fundamentado à coordenação nacional, que responderá pelo monitoramento das representações institucionais da Rede Nacional de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante.

Artigo 2º - Para a comunicação da Rede Nacional de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante ficam estabelecidos os seguintes meios para esta comunicação: telefone, correio eletrônico e postal e fax.

Parágrafo Primeiro – As redes sociais são instrumentos de comunicação voltados, exclusivamente, à divulgação de informações públicas.

Parágrafo Segundo – Os programas de armazenamento e compartilhamento de dados por meio eletrônico são instrumentos de comunicação voltados, exclusivamente, à divulgação de dados, informações, documentos e materiais de uso exclusivo da Rede Nacional de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante.

Artigo 3º - A produção e tramitação de dados, informações, documentos e materiais de diversas naturezas, pela Rede Nacional de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante, deverão respeitar as seguintes diretrizes:

Parágrafo Primeiro – As informações serão classificadas em duas modalidades:

- I) elementos ostensivos serão dados, informações, documentos e materiais, que por sua natureza, seu conhecimento irrestrito ou divulgação, não acarrete qualquer risco à integridade da vítima, da equipe técnica ou de qualquer pessoa envolvida direta ou indiretamente com o caso;
- II) elementos sigilosos serão dados, informações, documentos e materiais, que por sua natureza, seu conhecimento irrestrito ou divulgação, possa acarretar qualquer risco à integridade da vítima, da equipe técnica ou de qualquer pessoa envolvida direta ou indiretamente com o caso.

Parágrafo Segundo - Os elementos ostensivos tramitarão por meio de correio eletrônico da Rede Nacional de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante, cabendo a coordenação nacional a criação e gestão do referido instrumento, sem prejuízo dos demais meios de comunicação dispostos no Artigo 2º, *caput*.

Parágrafo Terceiro - Os elementos sigilosos tramitarão por meio de correio eletrônico indicado pelo representante da instituição que integre a Rede Nacional de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante, em conformidade com o disposto no artigo 1º, parágrafo único, sem prejuízo dos demais meios de comunicação dispostos no artigo 2º, *caput*, cabendo ao referido representante a promoção das medidas de cautela dispostas neste Termo.

Artigo 4º - Por se tratar o tráfico de pessoas de um fenômeno onde ocorre a violação dos direitos da pessoa, os dados, informações, documentos e materiais, em conformidade com o artigo 3º, poderão ser encaminhados para instituições parceiras da Rede Nacional de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante, visando assegurar garantia dos direitos da pessoa, desde que respeitadas todas as disposições deste termo.

Artigo 5º - A produção, manuseio, consulta, transmissão, manutenção e guarda de elementos sigilosos observarão medidas de cautela descritas neste Termo.

Parágrafo Único - Toda pessoa responsável pelo trato de elementos sigilosos manterá informada sua equipe, funcionário dos Núcleos ou Postos, ou outro órgão governamental ou não governamental, que tenha mantido contato com o caso e que por esse motivo tenha tido acesso às informações sobre a vítima e as circunstâncias pela qual passou, zelando pelo cumprimento das medidas de cautela estabelecidas neste Termo.

Artigo 6º - Conforme o disposto no artigo 2º, *caput*, ficam estabelecidos meios para comunicação entre a Rede Nacional de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante, a serem utilizados com base nas seguintes diretrizes:

Parágrafo Primeiro - A comunicação por meio de telefone, considera um meio síncrono, poderá ser utilizada quando houver uma necessidade imediata de contato, mesmo em horário não comercial, através de número de telefone fornecido pelo representante da instituição que integre a Rede Nacional de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante ou autoridade hierarquicamente superior.

Parágrafo Segundo - A comunicação por meio da internet, considerado um meio síncrono e assíncrono, poderá ser utilizada através de *chats*, vídeo conferências e ferramentas afins (síncronas) e através de correio eletrônico, fóruns e ferramentas afins (assíncronas).

Parágrafo Terceiro - A comunicação por meio de correio postal, considerada um meio assíncrono, será utilizada quando se tratar da necessidade de remessa de documento físico, buscando promoção de celeridade e registro quando do envio do documento.

## CAPÍTULO II

### DA GESTÃO E REGISTRO DE DADOS, INFORMAÇÕES, DOCUMENTOS OU MATERIAIS

Artigo 7º - Os documentos que constituem um caso de verão ser organizados em procedimentos que conterão registro numérico, capa, página de abertura com dados do caso e breve resumo, devendo cada página ser numerada seguidamente, bem como deverão ser registradas as juntadas e retiradas de documentos que constituam o procedimento.

Parágrafo Primeiro – os procedimentos serão instruídos pelo representante da instituição que integre a Rede Nacional de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante ou por quem integrar sua equipe de trabalho e servirá para registrar todas as providências sobre o caso.

Parágrafo Segundo – Os procedimentos servirão para formalização do caso, como também referência idônea para elaboração de dados estatísticos sobre o trabalho desenvolvido pela Rede Nacional.

Parágrafo Terceiro - As partes componentes, principais ou não, de um procedimento, podem merecer diferentes classificações, mas ao procedimento de um caso, no seu todo, será atribuído o grau de sigilo mais elevado, conferido a qualquer uma de suas partes.

Artigo 8º – Os materiais que não impliquem em qualquer grau de sigilo poderão ser disponibilizados para publicação, desde que seguidas as normas descritas em lei e com autorização dos superiores imediatos de cada representante da instituição que integre a Rede Nacional.

Artigo 9º - Os elementos ostensivos e sigilosos, descritos no Artigo 3º, que constituem um caso, serão elaborados e registrados de acordo com as leis federais e respectivas normas legais de cada ente federativo, em meio físico ou mídia digital.

Artigo 10º - A classificação dos casos, quanto aos elementos ostensivos ou sigilosos, será de responsabilidade do representante da instituição que integre a Rede Nacional de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante.

Parágrafo Primeiro – Caberá ao integrante da Rede Nacional, que dê o primeiro encaminhamento ao caso, classificar seus elementos, de forma fundamentada.

Parágrafo Segundo - Caberá ao integrante da Rede Nacional que receba o encaminhamento do caso, referendar a classificação prevista no parágrafo anterior, respeitando-a;

Parágrafo Terceiro – Independentemente da classificação promovida, somente poderá ser feita divulgação dos referidos elementos para pessoas não integrantes da Rede Nacional, mediante expressa autorização do integrante da Rede Nacional que promoveu seu encaminhamento.

Parágrafo Quarto - O disposto no artigo 4º deverá seguir as diretrizes dispostas neste artigo.

Artigo 11º - A publicação de qualquer ato sigiloso, respeitadas as diretrizes das leis federais, estaduais e municipais, limitar-se-á aos respectivos números, datas de expedição e ementa do ato, redigidos de modo a não comprometer o sigilo dos dados relativos ao caso.

Artigo 12º - Poderão ser elaborados extratos de documentos sigilosos, para divulgação ou execução, mediante consentimento expresso da autoridade que tenha sua titularidade e seja competente para dispor sobre o assunto.

Parágrafo Único - Aos extratos de que trata este artigo serão atribuídos graus de sigilo iguais ou inferiores àqueles atribuídos aos documentos que lhes deram origem, salvo quando elaborados para fins de divulgação, ocasião em que deverão ser omitidas informações que comprometam as pessoas

envolvidas, tornando-os textos meramente descritivos, sem fotografias ou com rostos manchados e sem nomes ou com nomes fictícios.

Artigo 13º - A marcação e indicação do grau de sigilo deverão ser feitas em todas as páginas dos documentos, quando avulsos, e quando integrarem um procedimento deverá ser resguardada anotação expressa sobre sigilo na capa do procedimento.

Artigo 14º - A reprodução, compreendida como cópia, do todo ou de parte de elemento sigiloso terá o mesmo grau de sigilo do documento original e condiciona-se à autorização expressa da autoridade classificadora, identificada como sendo o representante da instituição que integre a Rede Nacional de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante ou autoridade hierarquicamente superior competente para dispor sobre o assunto.

Artigo 15º - O acesso a qualquer, registro de dados, informações, documentos, materiais ou procedimentos que tramitem nos Núcleos e Postos, incluindo elementos sigilosos, bem como o teor de todo esse Termo de Cooperação não poderá contrariar qualquer legislação vigente, sendo levado em conta, para tanto, a hierarquia e a ordem temporal de vigência das leis federais, estaduais e municipais.

### CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 16º - Os referidos procedimentos deverão respeitar as diretrizes legais de cada ente federativo, bem como respeitadas as diretrizes federais, em especial, o disposto na Lei Federal 12.527 de 18 de novembro de 2011.

Parágrafo Único – Caberá aos superiores hierárquicos de cada instituição a qual pertença o Núcleo ou Posto, integrante da Rede Nacional de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante, ou a autoridade competente do ente federativo a qual pertença o Núcleo ou Posto, a regulamentação necessária sobre os procedimentos descritos neste Termo.

Artigo 17º - A comunicação e tramitação de elementos entre Núcleos e, objeto do presente termo, respeitará o disposto neste termo, não sendo permitida qualquer ressalva parcial ao disposto no Termo.

Artigo 18º - Este Termo de Cooperação passará a vigorar entre os Núcleos e Postos signatários, devendo a anuência, bem como a não, ser expressa e de maneira fundamentada, não sendo admitida anuência parcial, cabendo este ato ao representante da instituição que integre a Rede

Nacional de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante ou superior hierárquico competente para dispor sobre o assunto.

## **Anexo V**

### **CD contendo:**

- *Ppt's apresentados*
- *Registro Fotográfico*
- *Lista de presença assinada*
- *Áudio da reunião*
- *Tabulação dos dados - Fichas de Avaliação*
- *Termo de Cooperação (GT Protocolo de Encaminhamento versão intermediária)*
- *Identidade visual dos N&P's*
- *Agenda da VI Reunião Técnica*

- *Fichas de avaliação*

